

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO/RJ

Chamamento Público nº 01/2022

EDGAR DE CARVALHO JÚNIOR, Leiloeiro Público Oficial, matrícula JUCERJA nº 032, portador do CPF sob o nº 100.568.587-87, estabelecido na Avenida Treze de Maio, nº47, Sala 912, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 22031-007, vem mui respeitosamente, tempestivamente, na qualidade de licitante, apresentar IMPUGNAÇÃO AO CHAMAMENTO PÚBLICO DE Nº 001/2022, nos termos a seguir:

a) **DA COMISSÃO DO LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL**

1. O Decreto Federal 21.981 de 1932 prevê TAXATIVAMENTE que os Leiloeiros Públicos Oficiais receberão OBRIGATORIAMENTE 5% de comissão a ser paga pelos ARREMATANTES, vejamos:

Art. 24. A taxa da comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender, eles estabelecerem com os comitentes. Em falta de estipulação prévia, regulará a taxa de 5% (cinco por cento), sobre moveis, mercadorias, joias e outros efeitos e a de 3 % (três por cento), sobre bens imoveis de qualquer natureza. (Redação dada pelo Decreto nº 22.427, de 1933)

Parágrafo único. **Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados.**

2. O Edital de Chamamento Público (item 10.1) ILEGALMENTE determina que os compradores paguem 3% de comissão ao Leiloeiro Público Oficial, contrariando veementemente o Decreto Federal 21.981 de 1932.

3. O Art. 42 citado no item 10.1 do Instrumento Convocatório CORROBORA que o arrematante pagará, nas vendas de bens imóveis ou móveis pertencentes à União, Estados e Municípios a comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 24.

4. A critério de esclarecimento, a única possibilidade do leiloeiro receber 3% de comissão sobre imóveis é quando a comissão é paga pelo COMITENTE, que não é o caso em tela, uma vez que o COMITENTE (Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto) não irá pagar comissão ao Leiloeiro, nos termos do art. 42 do Decreto Federal 21.981 de 1932.

b) DA SUSPENSÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

5. Ademais, o edital de credenciamento anteriormente publicado foi SUSPENSO e republicado um novo edital de credenciamento.

6. Ocorre que, foi marcado SORTEIO para os leiloeiros que entregaram seus documentos de habilitação referente ao edital que foi SUSPENSO, os beneficiando em detrimentos dos leiloeiros que ainda irão enviar seus documentos de credenciamento com base no edital que foi REPUBLICADO.

7. Ora., o edital foi REPUBLICADO no dia 05/09/2022 e logo em seguida foi designada data do sorteio sem ao menos os Leiloeiros

que desejam se credenciar, nos termos do edital REPUBLICADO, entreguem seus documentos de credenciamento e os mesmos sejam devidamente analisados!

8. O Instrumento Convocatório prevê que o sorteio só será realizado após a publicação da lista dos leiloeiros credenciados! (item 6).

9. O Município deve primar pelo princípio da ISONOMIA e deverá realizar sorteio após o credenciamento de TODOS OS LEILOEIROS PÚBLICOS que enviarem seus documentos de credenciamento!

10. Obviamente os leiloeiros credenciados no edital que foi SUSPENSO estarão sendo beneficiados no sorteio realizado no dia 15/09/2022 em detrimento daqueles que ainda estão preparando seus documentos de habilitação referente ao EDITAL REPUBLICADO.

c) DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE ESTADUAL

11. A Comissão de Licitação ao analisar as documentações dos Leiloeiros: Fernando Caetano Moreira Filho, Jonas Gabriel Antunes Moreira, Ruan Carlos Chaves Gotardo e Alexn Willian Hoppe, os declarou habilitados no certame mesmo os Leiloeiros IRREGULARES junto a Fazenda Estadual (item 3.4.2.ii do Edital).

12. Ora, no item 3.4.2.ii, do Edital em referência, o Município solicitou que todos os Leiloeiros apresentassem Prova de REGULARIDADE para com a Fazenda Estadual.

13. Nas certidões anexadas pelos Leiloeiros consta que os mesmos não são inscritos no CAD-ICMS, contrariando a Resolução nº 994/2016 (art. 9) e a Portaria SUCIEF 003/2015 nas quais preveem que todos os **Leiloeiros são obrigados a ter inscrição no CAD-ICMS,**

motivo pelo qual os recorridos não estão REGULARES perante a Fazenda Estadual como exige o Edital de Chamamento Público.

(certidões de não inscrito em anexo)

Da Obrigatoriedade de Inscrição para Pessoa Física

Art. 9.º Estão obrigadas à inscrição no CAD-ICMS, antes do início de suas atividades, as seguintes pessoas físicas que exerçam, com a finalidade de comercialização:

I - atividade primária, assim considerada:

a) a agricultura;

b) a pecuária;

c) a extração e a exploração vegetal e animal;

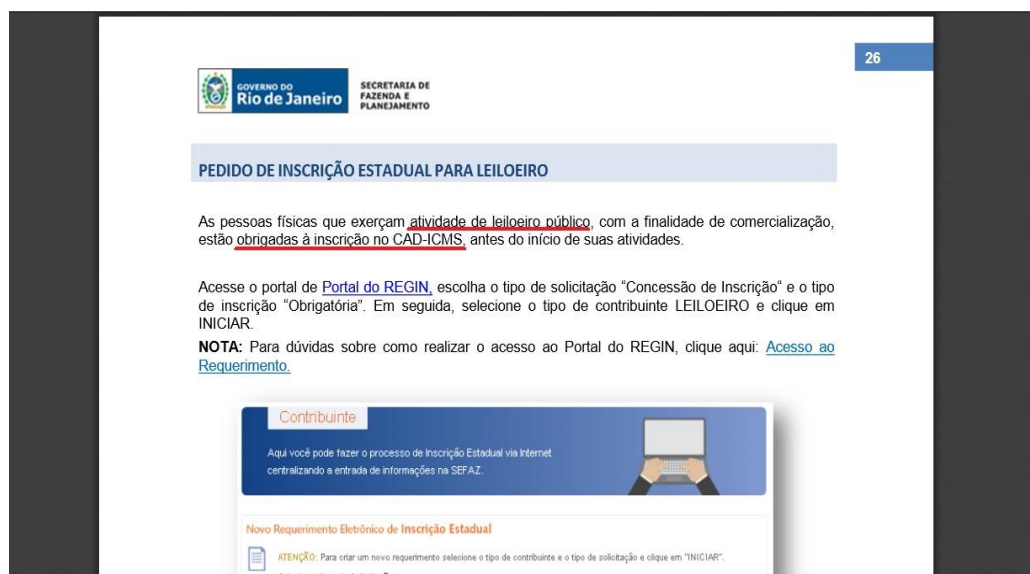
d) a exploração de atividades zootécnicas, tais como apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericultura, piscicultura e outras culturas de pequenos animais;

e) a captura de pescado in natura, desde que a exploração se faça com apetrechos semelhantes aos da pesca artesanal (arrastões de praia, rede de cerca etc.), inclusive a exploração em regime de parceria;

II - atividade de leiloeiro público.



14. Frisando, novamente, a inscrição de ICMS pelo Leiloeiro é um ato OBRIGATÓRIO, conforme podemos observar na imagem abaixo:



15. O DETRAN/RJ ao realizar Credenciamento de Leiloeiro também solicitou a Certidão de Regularidade Estadual, três Leiloeiros apresentaram suas certidões como NÃO INSCRITOS. O DETRAN/RJ ao analisar os documentos dos referidos Leiloeiros,

equivocadamente entendeu que os mesmos eram insentos de inscrição no ICMS, motivo pelo qual habilitou os Leiloeiros.

16. Ocorre que, a habilitação dos três Leiloeiros foi objeto de Recurso. Ao analisar as razões do Recurso o DETRAN/RJ julgou procedente o pedido e descredenciou os Leiloeiros pela falta de inscrição no CAD-ICMS com fundamento na Resolução 994/2016 do SEFAZ, uma vez que **a inscrição sendo de natureza OBRIGATÓRIA sua “NÃO INSCRIÇÃO” caracteriza IRREGULARIDADE perante a Fazenda Estadual.** (documento anexo)

17. O mesmo aconteceu há pouco tempo com Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região, a Comissão de Licitação brilhantemente, após ingressarem com recurso pela inabilitação de leiloeiros sem inscrição no ICMS, diligenciou junto a Secretaria de Fazenda e confirmou a obrigatoriedade de se ter a inscrição no ICMS para atuar como Leiloeiro Público, vejamos:

de comercialização.

4.4. Diante das manifestações diversas, a Comissão de Licitações do CRN-4, mediante orientação do setor jurídico desta instituição, encaminhou novo pedido de esclarecimento a SEFAZ, em 16/03/2021, sobre a obrigatoriedade de inscrição do Leiloeiro Público no CAD- ICMS. Observa-se que deste questionamento foi dado o seguinte posicionamento:

“A pessoa física que exerça atividade de leiloeiro público está obrigada à inscrição no CAD-ICMS, conforme inciso II do artigo 9º do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14. Observe que o artigo 8º do Livro XIV do RICMSRJ/00 dispõe que é

atribuída ao leiloeiro a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS incidente na saída de mercadoria ou bem arrematados nos casos de: I - remessa por pessoa física ou jurídica não contribuinte do imposto; II - terem sido apreendidos ou abandonados; III - leilão administrativo ou judicial; IV - leilão de animais. As operações realizadas mediante leilão estão disciplinadas no Livro XIV do RICMS-RJ/00."

5. DA DECISÃO

5.1. Pelo exposto, observando os pressupostos legais e os princípios administrativos que norteiam a atividade pública, esta comissão, na figura de sua coordenação, **decide pelo acolhimento do recurso das Leiloeiras Sandra Sevidanes e Juliana Vettorazzo**, e pelo não acolhimento das contrarrazões apresentadas pelos Leiloeiros Wilkerson Machado dos Santos e Fabio Manoel Guimarães, **inabilitando** os leiloeiros Fábio Manoel Guimarães, Fernando Caetano Moreira Filho, Jonas Gabriel Antunes Moreira, Lucas Rafael Antunes Moreira e **Wilkerson Machado dos Santos**.

18. **Inabilitar um Leiloeiro que não está inscrito no ICMS é uma questão de ÓRDEM PÚBLICA e deverá ser feita de ofício pela Prefeitura, uma vez que se torna JURIDICAMENTE impossível e ILEAGAL um Leiloeiro no Estado do Rio de Janeiro realizar leilão sem inscrição no ICMS!**

19. Imagina que se um advogado passa a exercer a advocacia sem ter carteira de OAB/RJ e administração pública sabendo disso nada faz para impedi-lo? Pelo contrário, tem conhecimento do ocorrido e se mantém INERTE??!!

20. Prefeitura de Miguel Pereira, RioLuz e Ministério da Justiça, também exigiram em seus editais a Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e inabilitaram os Leiloeiros que apresentaram certidão de NÃO INSCRITOS no CAD-ICMS. (decisões em anexo).

21. Logo, um leiloeiro que não possui inscrição na Fazenda Estadual, contrariando a própria portaria da Secretaria de Fazenda que determina que todo leiloeiro OBRIGATORIAMENTE tenha que ter inscrição no ICMS está IRREGULAR perante o fisco estadual, não cumprindo com o item 3.4.2.ii do edital de credenciamento.

22. Ao requerer a regularidade fiscal, a Administração Pública se assegura que ao executar o Leilão, o Leiloeiro vai recolher os tributos atinentes a sua profissão, conforme preceitua a Resolução 994/2016.

23. Nesta disposição, entende Marçal Justen Filho que **o ente público deva negar a habilitação do licitante que estiver em irregularidade tributária atinente ao objeto da licitação**, evitando-se que se contrate um Leiloeiro que descumpra obrigações fiscais relacionadas com o ramo da atividade a ser executada.

*“O que se demanda é que o particular, no ramo da atividade pertinente ao objeto licitado, encontre-se em situação fiscal regular. **Trata-se de evitar contratação de sujeito que descumpre obrigações fiscais relacionadas com o âmbito da atividade a ser executada.** Assim o é porque não cabe ao Estado recorrer a particular que não desempenhe regularmente a atividade ou profissão relacionada com o objeto do contrato.”* (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. p. 418 – grifos nossos)

24. **Ao inabilitar o leiloeiro** que não cumpriu com o Edital em referência se está **ênfatizando o princípio da igualdade entre os licitantes**, deixando de privilegiar o Leiloeiro que se encontra irregular perante a Fazenda, em detrimento dos demais que estão quites e em situação regular. A própria Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, cita o princípio da igualdade entre os concorrentes como fundamental no certame licitatório, e essa isonomia deve prevalecer não somente no julgamento das propostas, mas também nos requisitos econômicos, jurídicos e fiscais previstos na fase de habilitação.

25. Ressalta-se, ainda, que em todo processo licitatório deverá ser respeitado também o **Princípio da Vinculação do Instrumento Convocatório**. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

26. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

27. O Tribunal de Contas da União em seu Manual sobre Licitações e Contratos (p.469), prevê:

“Licitante que deixar de fornecer, dentro do envelope de habilitação, quaisquer **documentos exigidos** ou apresentá-los em desacordo com o **estabelecido no ato convocatório** ou com irregularidades será considerado inabilitado.” (grifos nossos)

28. Além do ferimento a Constituição Federal e da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a decisão de habilitar o Leiloeiro que não cumpriu o requisito expresso e claramente previstos no Edital, afrontará o item 5 do Edital em referência.

29. Considerando as circunstâncias ilegais, impertinentes e irrelevantes para o objeto do pregão eletrônico e o flagrante excesso de condições e exigências infundadas que restringem e frustram o caráter competitivo do certame e que desrespeitam os princípios básicos do art. 3 da Lei 8.666/1993, e do decreto federal 21.981 de 1932, REQUER:

a) A impugnação do Instrumento Convocatório.

Rio de Janeiro 12 de setembro de 2022.

EDGAR DE CARVALHO JÚNIOR

Leiloeiro Público Oficial

JUCERJA nº032